



Anais da Assembleia

Nº 85

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 09 DE AGOSTO DE 1979

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA da 9.ª LEGISLATURA ATA DA 80.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 1979 QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e José Domingos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agualdo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

○ SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

○ SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

○ SR. DEL CIEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

○ SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado.

○ SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, nós solicitamos a palavra, pela ordem, para requerer desta Comissão Executiva que faça constar na ata da sessão de ontem, os episódios relacionados aos tumultos provocados no plenário deste Poder, que não constam da ata e que motivaram, inclusive, despacho do Sr. Presidente desta Casa, deste Poder, no que concerne ao pronunciamento do eminente Deputado Fiori Luiz.

E assim sendo, e entendendo nós que o Deputado em momento algum deixou de dar cumprimento e respeito à ética parlamentar e ao Regimento Interno desta Casa, e quando em nome do Regimento Interno a sessão de ontem foi totalmente tumultuada, tripudiando-se aí então no Regimento Interno e na própria existência deste Poder, nós requeremos de Vossa Excelência que determine ao eminente Sr. Secretário e aos setores competentes da Casa para que incluam na ata desta sessão, da sessão de ontem, os episódios ocorridos e que provocaram e que motivaram a suspensão dos trabalhos na triste tarde de ontem.— (Sem revisão do orador).

○ SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — O Sr. 2.º

Secretário continua fazendo a leitura da ata e não chegou ao término da mesma. Solicito ao nobre Deputado que aguarde o final da leitura da ata.

○ SR. 2.º SECRETÁRIO — (Prossegue à leitura da ata da sessão anterior)

○ SR. FIORI LUIZ — Pela ordem, Sr. Presidente.

○ SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Pela ordem,

concedo a palavra ao Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, ouvimos atentamente a leitura da ata da sessão de ontem e reiteramos o apelo feito pelo Deputado Del Ciel, para que se conste em ata, inclusive a danificação de um microfone que a imprensa publicou hoje, neste plenário.

Pedimos por favor, por gentileza, em nome da boa causa e da justiça que se insira também na ata o episódio de ontem verificado nesta Casa, que nós, pela leitura não constatamos.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Esta Presidência quer esclarecer os Srs. nobres Deputados Del Ciel e Fiori Luiz, que na sessão de ontem foi solicitado pelos Srs. Deputados do plenário que se retirasse dos Anais da Casa o tumulto e o mal entendido entre os Srs. Deputados.

Este Presidente não presidia a sessão de ontem, e por solicitação do Plenário foi retirado dos Anais da Casa.

O SR. DEL CIEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Entendemos oportuna a questão de ordem, visto que Sua Excelência o Sr. Presidente dizia que, da oportunidade de se aguardar este instante para se proceder a solicitação da palavra por questão de ordem. Equivoca-se o eminente Presidente e a Comissão Executiva, visto que foi solicitado por um eminente Deputado, Parlamentar da ARENA, se não me falha a memória, pelo eminente Líder da bancada situacionista, que se excluísse da ata dos trabalhos termos que por ventura ferissem o Regimento Interno, e não o que estivesse relacionado com os tumultos verificados na sessão de ontem, o que vem contrariar não só o Regimento Interno, mas como denegrir o próprio nome deste Poder Legislativo.

E estes fatos, Sr. Presidente, para assegurar a própria justiça, não podem deixar de estar registrados em regimentos internos, porque esses episódios vêm se repetindo seguidamente e há então a necessidade de que todos nós tenhamos os nossos espíritos armados. E esperamos que permaneçamos tão somente com os espíritos armados.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Esta Presidência ainda esclarece ao nobre Deputado Del Ciel, que durante o episódio do tumulto deste Parlamento na tarde de ontem, havia sido suspensa a sessão, o que nós podemos retificar em ata e constar é a suspensão da sessão e o retorno aos trabalhos. O tumulto foi feito durante a suspensão dos trabalhos.

O SR. DEL CIEL — Se o Sr. Presidente me permitir que continue falando pela ordem, nós tão somente lembraríamos, eminente Presidente, que a ata retrata por inteiro, uma sessão plenária, uma sessão legislativa deste Poder, e deixando de assim proceder, ela deixaria de cumprir, inclusive, com a sua própria razão de existência. É por isso tão somente, que voltamos a apelar a Sua Excelência, o Sr. Presidente, para que determine ao setor competente, para que proceda o registro em ata, "in totum", de todas as ocorrências registradas na sessão de ontem, e que motivaram a suspensão dos trabalhos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, ao que me parece, não tem amparo regimental a pretensão esposada pelo nobre Deputado Del Ciel.

Porque o próprio Regimento Interno da Casa faculta à Mesa que retire da ata dos trabalhos todas as expressões por ela consideradas injuriosas, não só ao decoro parlamentar, mas à integridade moral e até física dos componentes desta Casa.

Mas, nós não queremos, porque as notas taquigráficas estão registrando a questão de ordem do nobre Deputado Del Ciel, e embora o respeito que nutrimos e até a admiração que temos pelo nobre Deputado, nós não gostaríamos que ficassem sem contestação, as afirmações que faz Sua Excelência na tarde de hoje, de que não houve transgressão ao Regimento Interno da Casa, nós nos envolvemos no episódio, Sr. Presidente, exatamente, para numa questão de ordem, chamarmos a atenção da Mesa para o que dispõe o Artigo 97, § 4.º do Regimento Interno, e o Artigo 151, § 5.º e 6.º do Regimento Interno da Casa, visivelmente transgredidos pelo nobre Deputado que se encontrava na tribuna.

Foi a nossa participação no episódio. Agora, o que pretende o nobre Deputado Del Ciel, é que a Mesa reconstitua todos os episódios que foram expungidos da ata por determinação da própria Mesa, porque feriram o decoro parlamentar desta Casa. Portanto, não há amparo regimental para a pretensão de Sua Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Esta Presidência solicita do setor competente, que faça constar em ata, por motivo de tumulto, que foi suspensa a sessão de ontem e logo em seguida reaberta, e continuado os trabalhos deste Poder Legislativo.

Está em discussão a ata que acaba de ser lida.

Não havendo quem queira discutí-la, submeto a mesma à aprovação. (Pausa) — Declaro-a aprovada.

O SR. DEL CIEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

Apenas para solicitar a Vossa Excelência que registre o nosso voto contrário à aprovação da ata. Agradecendo a Sua Excelência, entendemos que Vossa Excelência atendeu, da forma que lhe cabia, a nossa solicitação e ao despacho também, à questão de ordem do eminente Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Será anotado.

O SR. DEL CIEL — Que registre a nossa contrariedade e o nosso voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Será anotado.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Sr. Presidente.

Apenas para ser expungido da ata, as expressões "poluição fecal", que o Deputado Del Ciel também frisou.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209 e 210/79, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **SANCIONADO** os Projetos de Lei números:

08/79:

Do Poder Executivo, encaminhando o anteprojeto de lei solicitando autorização, para reverter ao patrimônio do Município de Francisco Beltrão mediante doação, imóvel de propriedade do Estado, situado naquele município, o qual convertido em lei tomou o número 7.161.— **Agradeça-se.**

22/79:

Do Senhor Deputado Carlos Zanlorenzi, que declara de utilidade pública o MIS-Movimento de Integração Social, do Município de Balsa Nova, o qual convertido em lei tomou o número 7.162.— **Agradeça-se.**

40/79:

Do Senhor Deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública a Sociedade Paranaense de Ortodontia, de Curitiba, o qual convertido em lei tomou o número 7.163.— **Agradeça-se.**

124/78:

Do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, que declara de utilidade pública o Instituto Santo Antônio do Bem Estar

ao Menor - ISABEM -, da Cidade de Santo Antônio do Sudoeste, o qual convertido em lei tomou o número 7.165.— **Agradeça-se.**

153/78:

Do Senhor Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública a Associação Educacional e Assistencial Martin Luther - ASSEAMAL -, com sede e foro na Cidade de Marechal Cândido Rondon, o qual convertido em lei tomou o número 7.166.— **Agradeça-se.**

168/78:

Do Senhor Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras — S.O.S. — da Cidade de Palotina, o qual convertido em lei tomou o número 7.167.— **Agradeça-se.**

11/79:

Do Senhor Deputado Edilson Alencar, que declara de utilidade pública o Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade - CEMIC - da Cidade de Assis Chateaubriand, o qual convertido em lei tomou o número 7.168.— **Agradeça-se.**

63/79:

Do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, e dá outras providências, o qual convertido em lei tomou o número 7.169.— **Agradeça-se.**

38/79:

Do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Município de São Pedro do Ivaí, o qual convertido em lei tomou o número 7.174.— **Agradeça-se.**

32/79:

Do Senhor Deputado João Elísio, que declara de utilidade pública a Associação Bamerindus, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o número 7.175.— **Agradeça-se.**

25/79:

Do Senhor Deputado Augusto Carneiro, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Evangélica da Família da Cidade de Reserva, o qual convertido em lei tomou o número 7.176.— **Agradeça-se.**

23/79:

Do Senhor Deputado Augusto Carneiro, que declara de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos do Município de Engenheiro Beltrão, o qual convertido em lei tomou o número 7.177.— **Agradeça-se.**

144/79:

Do Senhor Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — APMI. —, com sede na Cidade de Ubatuba, o qual convertido em lei tomou o número 7.180.— **Agradeça-se.**

53/79:

Do Senhor Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Dona Leopoldina - APP. - de Marechal Cândido Rondon, o qual convertido em lei tomou o número 7.181.— **Agradeça-se.**

26/79:

Do Senhor Deputado Mário Celso, que declara de utilidade pública a Federação Paranaense de Futebol de Salão, com sede em Curitiba, como especifica, o qual convertido em lei tomou o número 7.182.— **Agradeça-se.**

43/79:

Do Senhor Deputado Augusto Carneiro, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, da Cidade de Engenheiro Beltrão, o qual convertido em lei tomou o número 7.183.— **Agradeça-se.**

62/79:

Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Izabel do Ivaí, motoniveladora de propriedade do Estado, conforme especifica, o

qual convertido em lei tomou o número 7.184.— **Agradeça-se.**
44/79:

Do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, que eleva para (15) quinze o número de cadeiras da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, para a próxima legislatura, o qual convertido em lei tomou o número 7.185.— **Agradeça-se.**
31/79:

Do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, que cria os Distritos de Ramilândia e Diamante do Oeste, no Município de Matelândia, com divisas que especifica, o qual convertido em lei tomou o número 7.186.— **Agradeça-se:**

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Cumprindo solicitação regimental desta Presidência, comunico a Vossa Excelência, que é a seguinte a representação da bancada do MDB, para compor a Comissão Especial de Srs. Deputados, à qual incumbirá opinar sobre quaisquer projetos que visem a criação de municípios:

Titulares:

Dep. Nilso Sguarezi

Dep. Fidelcino Tolentino

Suplentes:

Dep. José Tadeu Lúcio Machado

Dep. José Antônio Del Ciel.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência, os meus protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1.979.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de louvor à revista "ATENÇÃO", pela imparcialidade de que a norteia e pela publicação da reportagem "CURITIBA: O RECORDE DA MORTE", denunciando criminosos que usam o veículo como arma.

Que o mesmo seja enviado à direção da revista "ATENÇÃO", bem como ao repórter autor da matéria.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1.979.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor LUIZ ROBERTO SOARES, digníssimo Secretário da Cultura e do Esporte, solicitando a construção de um Ginásio de Esportes na cidade de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1.979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

JUSTIFICATIVA:

Rio Azul, constitui-se hoje num município de grande importância, pois vem apresentando um desenvolvimento extraordinário, tanto pela expansão econômica, como pelo crescimento populacional.

A par desses fatores surgem problemas que devem merecer especial atenção, notadamente na área educacional, e a construção de um ginásio de esportes viria dar à população estudantil de Rio Azul a grande oportunidade de obterem uma formação educacional e cultural completa através da prática de esportes, onde desenvolverão entre outras coisas o espírito de companheirismo e respeito, pois o esporte impõe compreensão e

disciplina.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, solicitando medidas a fim de passar à responsabilidade do D.E.R., para conservação e melhoria, a estrada que liga os Municípios de Rio Azul a São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1.979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

JUSTIFICATIVA:

A estrada, objeto deste requerimento, trata-se de uma importante ligação entre os dois municípios, constituindo-se num ponto vital para o desenvolvimento de uma grande área produtiva do nosso Estado e como atualmente a grande maioria dos municípios paranaenses vem atravessando sérias dificuldades financeiras nada mais justo do que o D.E.R. assuma a responsabilidade na conservação e melhoria daquela estrada, principalmente pelo fato de que se torna importante ligação com a refinaria da Petrobrás em São Mateus do Sul.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações aos Senhores Nivaldo Rocha dos Santos, José Eremita dos Irmãos e Teodoro Mendes, os quais foram eleitos para gerir os destinos do Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café de Paranaguá, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.

A mencionada entidade de classe atravessa grave crise em virtude da renúncia da Diretoria anterior. Face ao imprevisto e ao impasse surgido com tal renúncia, o Sr. Delegado Regional do Trabalho, General Adalberto Massa, determinou a eleição de uma Junta Governativa, com mandato de 120 (cento e vinte) dias, após os quais, serão realizadas eleições gerais. - Dentre as três chapas inscritas, saiu vencedora a chapa composta pelos ilustres parnanguaras acima citados, pessoas que realmente significam a conciliação daquela nobre classe.

Esses os motivos pelos quais deixamos aqui consignado nossas congratulações, nosso apoio e os melhores votos de uma profícua gestão aos novos dirigentes daquele Sindicato.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa aos membros da referida Junta Governativa, para o seguinte endereço: Av. Gabriel de Lara, 540-Paranaguá.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1.979.

(a) NELSON BUFFARA — 2.º Vice-Presidente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, que se digne enviar telex aos Excelentíssimos Senadores Paulo Brossard e Mauro Benevides, o primeiro Líder do MDB no Senado Federal, apresentando votos de aplausos ao projeto de lei de autoria deste último Parlamentar, que determina **revisão trimestral do salário mínimo em todo o País.**

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1.979.

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se por si só. Creio ser da mais alta justiça a pretensão do nobre Senador Mauro Benevides que pleiteia, através de seu projeto de lei, revisar trimestralmente os índices do salário mínimo em todo o País. Diante da inflação galopante e do alto índice do custo de vida, não mais se justifica que o salário mínimo, no País, seja revisado

uma vez por ano. O custo de vida do brasileiro sobe todos os dias, enquanto o seu salário uma vez por ano. Daí a justiça do projeto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, do Ministério dos Transportes, solicitando a gentileza de responder à seguinte indagação:

Quais os motivos que implicaram nas súbitas reduções sofridas pela Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand, nos créditos referentes à sua participação na arrecadação do Fundo Rodoviário Nacional, observando-se que as mesmas foram da ordem de Cr\$ 350.959,68 percebidos no terceiro trimestre de 1968, descendo para Cr\$ 183.456,00 no quarto trimestre do mesmo ano, e Cr\$ 209.786,00 já no primeiro trimestre do ano em curso, registrando-se defasagens aproximadas de 40 e 46 por cento aproximadamente, nas duas últimas cotas-partes, respectivamente?

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Dr. NIVALDO ALMEIDA NETO, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a reconstrução de uma ponte e dois pontilhões sobre o Rio Fivela e seus afluentes, no Município de Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Segundo abaixo-assinado (cópia anexa), recebido de moradores da localidade de Linha São Pedro, no Município de Guaraniaçu, há mais de dois anos a ponte já existia sobre o Rio Fivela e foi levada pelas enchentes.

Após aquele evento, também os pontilhões do Diamante e do Pinhalito foram arrastados pelas águas.

Apesar do longo decurso de tempo, até o presente momento nenhuma providência foi tomada pelas autoridades locais, persistindo esse triste estado de calamidade.

Exigir-se da população, formada por lavradores de baixa renda, a reposição dessas pontes, seria uma atitude inconcebível. Daí a justa revolta daqueles colonos.

Crianças sem escola e o resultado do trabalho resumido em produção agrícola proveniente do suor de respeitáveis, ainda que humildes cidadãos de nosso Estado, é o triste quadro que ali se depara.

Essa gente deve merecer o nosso respeito, pois representa o próprio Paraná e sempre é mencionada nos discursos do Governador do Estado.

Agora, que pretendam algo de concreto, numa modesta infimez parcela do orçamento dessa Secretaria, é chegada a hora e a vez de se comprovar que o homem do campo, cuja figura vem estampada no símbolo do nosso Estado, realmente representa algo para seus dirigentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Diretor do D.E.R. e ao Excelentíssimo Sr. Diretor do D.N.E.R., em nosso Estado, sugerindo que os mesmos, ao concederem licença para empresas de ônibus no Estado, condicio-

nem a referida licença ao "TRANSPORTE GRATUITO" aos Professores que tiverem que se deslocar de sua sede, quando no exercício de sua profissão.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1979.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento de todos que o professor, tanto em nosso Estado como no País, não tem uma remuneração condigna à tarefa sublime que exerce, mesmo assim ele continua dando o melhor de seus esforços para transformar a sociedade em que vive, exercendo seu ministério com zelo e com dedicação.

E, muitas vezes, aceita passivamente a sua obrigação, mesmo em detrimento de suas parcas economias, e se desloca constantemente de sua sede para dar atendimento à comunidade, dispendendo daí somas que às vezes alteram profundamente a sua já insuficiente economia.

Daí nossa solicitação, para que isso venha minorar o sacrifício que já é feito pela laboriosa classe do professorado em nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. NIVALDO ALMEIDA NETO, DD. Secretário dos Transportes, no sentido de ser liberada verba de convênio PROSAFRA firmado com o Município de Corbélia, dada a urgência de serem reconstruídas pontes e feitos os revestimentos de estradas do município, de grande importância para o escoamento da produção agrícola.

Há que ponderar, que durante os três anos anteriores à atual administração estadual, o Município de Corbélia foi grandemente prejudicado em relação ao PROSAFRA, pois apesar de ter regularizado toda a documentação que à administração municipal era solicitada, para o que se fez despesas, não recebeu um litro de óleo sequer, e sempre a administração estadual usou de evasivas das mais mesquinhas, para se descartar de cumprir os convênios.

Mesmo assim, por custeio próprio, foram reconstruídas mais de vinte pontes e bueiros, e recuperadas estradas municipais danificadas com temporais que se abateram na região.

Agora entretanto, contando com a seriedade que deve nortear os atos do atual Governo, como vem sendo anunciado, espera-se que os convênios sejam atendidos com a presteza e urgência que está a exigir o interesse público, na reconstrução de pontes e revestimento de importantes estradas do município.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1979.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente consubstanciado em PEDIDO DE INFORMAÇÕES ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, para a seguinte indagação:

Por quais motivos a Prefeitura do Município de Assis Chateaubriand deixou de receber, desde fevereiro do corrente ano, os valores que são atribuídos a cada município paranaense como cotas-partes da cobrança da Taxa Rodoviária Única?

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de conceder Gratificação de Produtividade para o Cargo de Toxicologista do Instituto Médico Legal.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Dos integrantes da carreira de Toxicologista, exige-se que sejam portadores de diploma de Engenheiro Químico ou de Farmacêutico.

Profissionais de nível superior que são, os Toxicologistas contudo, não se incluem entre os contemplados com a Gratificação de Produtividade atribuída aos demais portadores de diploma de curso superior.

Fica esclarecido, assim, o propósito deste requerimento, em suprir uma omissão, injusta e discriminatória.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Após uma fase das mais árduas, das mais cruciantes, que os sindicatos dos carregadores e ensacadores de café de Paranaguá atravessou, ontem chegou-se a um epílogo que posso reputar como dos mais felizes.

Há algumas semanas atrás, a Diretoria do Sindicato que se viu numa situação insustentável, demitiu-se. Ficou acéfalo portanto, o Sindicato dos Ensacadores de Paranaguá. Insistia o Sr. General Massa em nomear uma junta governativa de elementos escolhidos por ele, contra o que a classe entendeu não ser de direito e não aceitou.

Várias demarches ocorreram, inclusive com a presença do Senador José Richa, Deputados Federais Álvaro Dias, Maurício Fruet e Amadeu Gera, o Deputado Estadual Nestor Baptista e este Deputado que vos fala, presentes na Delegacia de Trabalho, numa entrevista que durou duas horas, com o Sr. Delegado General Massa.

Várias demarches e propostas foram feitas sem que chegássemos a uma situação conciliatória. E ontem, predominou o espírito de justiça que deveria imperar no seio daquele sindicato: numa eleição que transcorreu em ambiente de paz, três chapas disputaram a preferência dos sindicalizados, dos associados daquele sindicato, e venceu a chapa por nós prestigiada, a chapa que simbolizava a Oposição, e que era composta dos associados Nivaldo Rocha dos Santos, José Eremita e Teodoro Mendes.

E neste momento, nós estamos endereçando à Mesa um requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no sentido de nos solidarizarmos e prestarmos nosso total apoio a esta junta governativa que, por cento e vinte dias, irá gerir os destinos do Sindicato e, após este prazo, eleições livres e democráticas, para que, pelo mandato de dois anos, escolham-se novos dirigentes.

O Sindicato atravessa uma das fases mais difíceis, com dívidas de elevada monta, e é o sindicato mais sofrido de Paranaguá, de todos os Sindicatos é o que sente as agruras de um desespero, eis que, como sabem os Srs. Deputados, Sr. Presidente, é o Sindicato que trabalha com mercadoria ensacada e não com grãos. A única mercadoria ensacada que é exportada pelo Porto de Paranaguá, é o café, malgrado o café em função da política cafeeira do Governo Federal das mais erradas, das mais abomináveis. Não está sendo comercializado devidamente.

Entendemos que, enquanto isso persistir, este sindicato está na base do desespero. E como sabem os Srs., a música do desespero não tem compasso. Nós estamos "pari passu", analisando a situação daquele Sindicato, e neste requerimento,

emprestamos o nosso apoio, ao mesmo tempo em que rendemos as nossas homenagens aos Deputados Federais, Senador José Richa, Deputado Nestor Baptista, que estiveram conosco nesta causa, que muito significa para aquele povo, aquela classe dos trabalhadores de Paranaguá, que integra o Sindicato dos Ensacadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, segundo orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos recebido, com muita frequência, um expediente que tem sido prática de reivindicação de muitos agricultores que desenvolvem uma luta sem tréguas contra a natureza e contra as intempéries na região Oeste do Paraná. Sobretudo nas regiões mais agrestes, de difícil transporte, como é o caso de Capitão Leônidas Marques, Catanduva e Guaraniçu.

Hoje, especificamente, Sr. Presidente, um requerimento seguido de um extenso abaixo-assinado, trazendo acompanhando, uma carta de um dos líderes comunitários de Guaraniçu, um contador, um homem de empresa, reclamando a participação do Estado na construção de algumas pontes que caíram na época das chuvas e que até agora não foram reconstruídas.

Este requerimento é endereçado ao Sr. Secretário dos Transportes, para construção de dois pontilhões sobre rios, entre os quais o Rio Fivela e seus afluentes, no Distrito de Diamante. E, por outro lado, solicitando ainda a implantação de uma balsa na confluência ou no Rio Piquiri, onde foi recentemente concluída uma obra, que tinha sido prometida há mais de 4 anos, por políticos que representavam aquela região, entre o Município de Palmital e o Município de Guaraniçu, na confluência do Distrito de Diamante.

E, recentemente, com apelo dos nobres Deputados David Cheriegate e João Elísio, foi possível na gestão tripartite desses três Deputados, dos quais faço parte; foi concluída esta obra e que Guaraniçu vai precisar agora de uma balsa para poder transladar o limite deste município.

Especificamente, Sr. Presidente, viria a esta tribuna, para tecer aqui um veemente e reiterado protesto contra a SANEPAR, especialmente no Município de Cascavel, que, desde 1968, está obrigada a construir, a implantar um sistema de esgoto e que até hoje, 11 anos depois, ainda não implantou esse sistema de saneamento, esse sistema sanitário. Preocupou-se e tão restritamente, com o problema do encanamento de água, e esta água está sendo objeto de muita contestação, porque é transmissora de vários tipos de doenças, inclusive detectados pelo projeto "limus".

E parece-nos que só recentemente a SANEPAR estaria adequando o sistema de abastecimento de água; saneando, despoluindo, através do tratamento, mas que está deixando grandes consequências sanitárias à população de Cascavel.

E o que é pior, Sr. Presidente, nesses 11 anos de atuação da SANEPAR em Cascavel, desde 1968, através de um contrato feito pelo então Prefeito, Otacílio Mion, até hoje ainda não foi além de 20 por cento de atendimento da população urbana de Cascavel. É lamentável que a SANEPAR, em várias oportunidades, tem sido criticada neste Poder Legislativo. E reiteradas vezes viemos aqui a esta tribuna na Legislatura passada.

E agora, há poucos dias, em Cascavel, um dos vereadores da bancada oposicionista, o Vereador Marcos Formighieri, que tem procurado buscar diálogo com a SANEPAR, já há mais de um ano está procurando a compreensão dos dirigentes da SANEPAR. Mas, até agora, não houve possibilidade de um atendimento adequado para a população de Cascavel. E o que nós enfatizamos aqui, é um apelo, por enquanto um apelo, para

que atenda, de uma vez por todas, e esclareça à população através dos veículos de comunicação: rádio e televisão, que tanto são procurados por políticos da Arena em Cascavel, e que são impedidos os acessos aos políticos do MDB, principalmente aos Deputados Federais e ao nosso Senador, que esteve em Cascavel e não foi possível, pelo menos nas rádios, transmitir suas idéias, os seus programas e seus objetivos na atuação de atender à população paranaense. É preciso que se abram para o diálogo franco e aberto, se se fala em democracia; e sobretudo quando o ex-Presidente Ernesto Geisel — que não deixou nenhuma saudade para nós —, dizia que instalação de água e esgoto era direito humano. Mas que talvez Cascavel não tenha esse chamado direito humano. Penso é que ele entende é de outras armas, mas das armas da força do direito ele não entendeu até hoje. E faço um apelo aos dirigentes da SANEPAR, por enquanto apelo, que busquem a satisfação das obrigações contraídas com Cascavel, sob pena de virmos a esta tribuna fazer denúncias, denúncias profundas a respeito do processo de saneamento de Cascavel.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Louvo-me da oportunidade para registrar a alvissareira notícia que nos traz o Presidente da Rede Ferroviária Federal, Elmo Serejo Farias, sobre a Ferrovia da Soja.

A anunciada abertura da concorrência no próximo ano, será a concretização de uma velha aspiração de toda a região Oeste do Paraná, embora a construção, em duas etapas, levará longos seis anos, mas de qualquer forma é renovação de nossa esperança.

O significado desta ferrovia, constitui-se numa das principais prioridades do Governo Federal, ao lado das outras duas, a Ferrovia do Aço e a do Ferro. O seu alcance não é só econômico, nesta fase de crise de energia, mas igualmente estratégico e operacional. O escoamento da produção agrícola, não somente nossa, mas igualmente do Mato Grosso do Sul e, através de convênio com o Governo do Paraguai, mostra a importância desta obra.

É com imensa satisfação que recebemos esta notícia, que finalmente, após 5 anos, parece que vai se tornar realidade. Isto renova as nossas esperanças e confiança.

Registramos este fato, pois há necessidade de mudar a política no setor dos transportes, em vista do alto custo dos combustíveis e a necessidade que todos temos que buscar em fontes alternativas de energia.

A afirmação que a Ferrovia da Soja se torna a segunda prioridade do Ministério dos Transportes, nos dá ainda maior alento que a nossa produção agrícola terá um novo meio de chegar ao nosso corredor de exportação, que é o Porto de Paranaguá.

Ao fazer este breve registro, fazemos votos que brevemente sejam liberados os recursos, para que seja iniciada a construção da mesma. Neste sentido, somamos a nossa voz aos dirigentes da COOPAVEL, que levou valiosos subsídios para encurtar trechos da mesma obra, bem como de outras lideranças do Oeste do Paraná.

Tivemos a oportunidade de sermos recebidos em audiência pelo Ministro dos Transportes no dia 04 de julho, quando tivemos a oportunidade de dialogar a respeito e de receber a confirmação que esta obra constava das prioridades de sua pasta e a afirmação feita, ontem, pelo Presidente da Rede Ferroviária Federal, nos traz a esperança que já no próximo ano teremos o início dos trabalhos.

Isto comprova que o Governo Federal está empenhado em resolver, dentro das possibilidades existentes, os problemas

do escoamento dos nossos produtos agrícolas, atendendo as solicitações efetuadas pelas classes políticas, agrícolas e empresariais, bem assim graças aos trabalhos desempenhados pela Secretaria dos Transportes e de modo peculiar uma concretização da obra e do prestígio do nosso Estado e do nosso Governador Ney Braga, na esfera federal”.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos. —(Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No país da economia do petróleo, ontem assistimos mais um espetáculo digno de uma farsa, se não fosse tristonho.

Um ministro sai de Brasília, de avião, desce em Curitiba, vai a Laranjeiras do Sul, fala 15 minutos com um colono e volta satisfeito. Está resolvida a equação tremenda deste país, de encher a panela do povo.

O Ministro, que gosta de passar e se confundir com a figura ridícula de um comico de televisão, Delfin Neto, veio ao Paraná, e os jornais estampam hoje que casualmente jornalistas e fotógrafos estavam lá no longínquo lugarejo de Santana, no Município de Laranjeiras do Sul, e casualmente lá estavam para fotografar o Sr. Ministro no meio de uma humilde família, e onde ele foi em resposta a uma carta que teria recebido desse colono. Está salva a agricultura deste País.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nenhum jornal disse porque realmente esse colono remeteu aquela carta. Na verdade, Srs. Deputados, o grave problema daquela localidade, Santana, são as inundações e as indenizações que o Governo teima em não pagar, as inundações de Salto Santiago, e o colono, humildemente, com sua roupa de domingo — como maliciosamente até o jornalista escreveu —, o colono com sua família até com certo temor, esqueceu de fazer a sua principal reivindicação; reivindicar em nome das 600 famílias que a ELETROSUL está a desapropriar por um preço incrivelmente baixo.

O colono citou que trinta famílias já saíram de Santana. Realmente saíram, mas saíram tocadas pelas águas que irão apanhá-las, e nem tanto pela crise, crônica, é verdade, que vive a nossa agricultura.

O Sr. Delfin Neto faria muito melhor, e seria um ótimo regime, um verdadeiro Cooper, se viesse ao Paraná, pegasse um automóvel, e saísse pelas estradas afora, a perguntar ao nosso colono o que realmente ele está precisando, e com isso talvez, ele acabasse com toda uma burocracia de Ministério, de Secretaria e INCRAS, e tantas outras siglas que nada representam e principalmente, do famigerado SNI.

Para que temos, Srs. Deputados, todas essas siglas, se quando um Ministro precisa saber a quantas vai a agricultura, ele, esquecido da lei da economia de guerra em relação ao combustível, ele tem que sair de Brasília, tomar um avião, vir a Curitiba, conversar 15 minutos com um colono e achar que conhece o problema da nossa agricultura?

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Renato Bueno.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, assomo a tribuna para encaminhar à Mesa um requerimento, cuja súmula é a seguinte. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam inseridos nos Anais desta Casa, os artigos publicados pelo historiador David Carneiro, em sua conceituada coluna “Veterana Verba”, no jornal “Gazeta do Povo”, nas datas de 31 de julho e 08 de agosto do corrente ano.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1979.

(a) RENATO BUENO

JUSTIFICATIVA:

Com muita propriedade, o historiador David Carneiro, trouxe para conhecimento de todos nós, através de sua irrecusável e já tradicional coluna "Veterana Verba", publicada diariamente no Jornal Gazeta do Povo, algumas valiosas considerações sobre duas fascinantes personalidades da vida e da história paranaense.

Retratando as passagens com riqueza de detalhes da época, o historiador-colunista nos fala dos intelectuais, industriais e homens públicos que foram Mário Jordão Affonso da Costa e Comandante Dídio Iratyn Affonso da Costa.

Revendo anos não tão distantes, o historiador descobre a generosidade do passado e registra às atuais gerações os valores intelectuais destes homens, que por sua tenacidade e capacidade, deixaram a marca indelével da saudade e da imorredoura gratidão dos seus descendentes.

Tais observações e comentários a respeito desses ilustres paranaenses, transporta-nos a Curitiba de 1892, à Revolução Federalista, à Marinha de Guerra, e tantos outros detalhes de uma época que jamais devemos nos esquecer, por serem raízes da nossa comunidade.

Em que pese minhas relações familiares com os homenageados pelo valoroso articulista, acredito que tais reportagens enobrecem e engrandecem os valores morais do cenário do nosso Estado.

Da decisão do Plenário, solicito seja dado ciência ao ilustre historiador, David Carneiro".

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezzi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As últimas notícias da imprensa dão conta de que o Ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, teria enviado seu pedido de demissão do Ministério Figueiredo.

Acho que a se confirmar a notícia, me parece de que pela primeira vez há uma demonstração de sensibilidade neste cidadão. Porque se hoje fosse feito um plebiscito perante a população brasileira, pela permanência ou não do Ministro Simonsen à testa do Ministério do Planejamento, nós veríamos de que, evidentemente, a esmagadora maioria dos brasileiros não concordava com a presença daquele homem num Ministério tão importante.

E o próprio Ministro deve ter sentido o desentrosamento existente entre sua figura avessa totalmente a qualquer demonstração de popularidade com os demais integrantes do atual Ministério, que são seguidores ferrenhos do popular João Figueiredo, homem altamente preocupado em sua cadeira de Presidente, de sair de Brasília, tomar um avião e ir a São Paulo, para descobrir, Srs. Parlamentares, as causas da subida ou as causas do acréscimo de preço dos produtos hortigranjeiros em São Paulo. O Sr. Ministro da Fazenda, Delfin Neto, faz o mesmo, saindo de Brasília para ir a Laranjeiras do Sul, conversar com um colono, para saber as dificuldades daquele homem do campo.

Mas o Ministro Simonsen, durante os seis anos que permaneceu à testa dos Ministérios desta Nação, em uma só vez recebeu ou conversou com um homem do povo. Então no próprio Ministério, no próprio Governo ele estava desentrosado; desentrosado a tal ponto que um homem sério, e acredito que Sua Excelência é sério, com este pedido de renúncia, de afastamento do Ministério, provou ser sério, porque homem nenhum poderia aturar um Governo que não é sério.

Como um homem que está no Planejamento consegue em menos de seis meses, passar da prioridade da agricultura com que o Governo iniciou dizendo que seria a agricultura prioritária, logo mudar para o combate à inflação e imediatamente passar para o problema energético?

É evidente que, dentro do próprio Ministério, houve o

total desprestígio ao Planejamento, então me parece que a saída do Sr. Simonsen é a possibilidade de o Governo Figueiredo estender ainda mais a sua popularidade.

Agora, só rogamos aos céus, para que não se confirmem versões que correm por aí, de que o homem, o grande responsável pelo enorme buraco em que o Brasil está metido, seja colocado no Ministério do Planejamento, que é o Ministro rechonchudinho que compareceu ao Paraná, ontem, de avião, para chegar a Laranjeiras visitar um simples e humilde colono. A confirmar-se a presença de Delfin Neto no Ministério do Planejamento, teremos mais um milagre brasileiro.

E, se isso ocorrer, tenho a total convicção de que realmente este governo que aí está, está por demais comprometido com a causa do capital estrangeiro nesta Nação. Não é possível que o Governo Figueiredo, se tem realmente boas intenções como pretende e quer demonstrar, coloque a presença do Ministro causador do desastre econômico e que hoje já correm versões de que foi pressionado a receber Delfin Neto no Ministério da Agricultura, que ceda o Presidente, este Ministério tão importante, o responsável pela condução da política econômica, da política financeira do Governo.

Será a demonstração evidente do comprometimento de todo o Governo com a causa das multinacionais, com a causa do capital estrangeiro. E se o Brasil não tomar consciência disso, de que é necessário, por todos os meios, de todas as maneiras, estancar essa avassaladora e crescente investida das multinacionais neste território, nós fatalmente sucumbiremos.

É muito fácil constatar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como as multinacionais estão corroendo o ânimo dos brasileiros. Está aí uma campanha contra a PETROBRÁS, está aí uma campanha contra o monopólio estatal do petróleo, atacando a PETROBRÁS, que é uma instituição séria, o que se deve é atacar e criticar são os maus elementos, os maus brasileiros que estão dentro da PETROBRÁS, como que estes brasileiros à testa das multinacionais, se tornam eficientes executivos à testa das empresas nacionais, as levam ao fracasso.

É um comprometimento ideológico e para isso é que o Governo deve estar consciente. Se reconhece que Delfin Neto é um técnico competente, mas está comprometido com a causa do capitalismo estrangeiro. E este governo, se assim o fizer, irremediavelmente, não pode ter mais compadecimento e compreensão pelo povo brasileiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Falaremos, na oportunidade, dando encaminhamento a um requerimento de nossa autoria. — (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, a convocação do Excelentíssimo Sr. RENATO ANTÔNIO JOHNSON, Secretário do Interior, para análise da situação dramática de Londrina e outros municípios, que face a assinaturas de convênios, confiaram à SANEPAR o serviço de abastecimento de água e rede de esgoto, defrontando-se hoje, com sérios problemas que estão inclusive a por em risco a saúde dos nossos municípios.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1979".

Tentamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na sessão de ontem, a aprovação de um nosso requerimento que pretendia a convocação do Sr. Diretor-Presidente da SANEPAR, para, neste Poder Legislativo, trazer os esclarecimentos que são devidos a uma grande parcela do povo paranaense de há muito tempo. E vimos prevalecer a falta de informação de um eminente Deputado nesta Casa, nosso conterrâneo Deputado Ruben Valduga. Totalmente desinformado, registrava que Londrina havia solicitado, apelado e até mesmo implorado à

SANEPAR para que encampasse o serviço autárquico de saneamento de Londrina.

Uma das autarquias que além de prestar um grande serviço em nossa comunidade, apresentava um belo, "superavit" a todo o ano, em seus balanços.

Não vimos órgãos estatais, em instante algum, e preocupando em encampar serviços deficitários dos municípios paranaenses e brasileiros. Não vi Estado e União, em instante algum se preocupar com o setor de coleta de lixo dos municípios fadidos deste Estado do Paraná. Mas sim, sempre, em busca de encampação do serviço da força energética, do serviço de abastecimento de água, em busca dos setores de alta rentabilidade, SERCONTEL, Setor de Telecomunicações, Setor de Comunicações de Londrina, que ainda não conseguiram encampar e que está a fazer inveja aos grandes municípios deste País, pela sua eficiência.

Mas vender água é o melhor negócio do mundo! Já disse aqui desta tribuna, ontem. Principalmente nestes preços de exploração, num autêntico achaque e assaque a toda a população paranaense. E nós vimos ser roubado, ser furtado do Município de Londrina, o seu precioso serviço de abastecimento de água.

E não foi entregue sem luta, não, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós, Vereadores da Câmara Municipal de Londrina, nos erguemos num grande movimento suspendendo até mesmo uma reunião realizada num clube de Engenharia daquela cidade, quando o grande Prefeito, José Richa, e o Sr. Secretário Osiris Stenghel Guimarães, debatiam com Engenheiros e com a comunidade, o interesse de Londrina de entregar ou não o seu serviço de água à SANEPAR.

E após o nosso pronunciamento, o Sr. Secretário de Estado, lembro-me como se fosse hoje, Osiris S. Guimarães, revoltado disse: Vereador Del Ciel, não viemos a Londrina para sermos ofendidos! E eu lhe disse então que Londrina recebia como ofensa e repudiava a pretensão da SANEPAR de encampar os seus serviços de água, porque a SANEPAR, desde então, já era mal administrada, mal gerida, mal parida e estava a impor sacrifício à grande maioria dos municípios paranaenses que no Estado e na SANEPAR haviam confiado.

Lutamos enquanto forças tivemos. Porque o poder mais forte deste País está sempre, através da força, a impor às células menores, aos municípios brasileiros, o seu sacrifício e a sua condução à porta da falência.

Em Londrina então, para conquistar os recursos, como muito bem disse aqui o Deputado Waldyr Pugliesi, teve que aderir ao PLANASA. E aderiu com a nossa revolta e com a revolta de uma grande parcela da população londrinense, para que se pudessem lá realizar outras obras em outros setores da administração pública.

E nós então ficamos a imaginar porque razão uma bancada por inteiro se erguer neste Parlamento, quando eminentes Deputados da bancada do MDB, como Fiori Luiz e Waldyr Pugliesi, apresentam pedido de informações, para serem endereçados às Secretarias competentes, no que concerne a estes serviços. Por que se poder negar a parlamentares do MDB a convocação do Diretor Presidente da SANEPAR para vir debater nesta Casa com os Srs. Deputados, que devem esclarecimentos ao seu povo, e Deputado do MDB ganha eleição com o povo, e não através de outros recursos, então tem que trabalhar pelo povo, tem que levar e prestar contas da sua atividade à sua população e aos seus leitores; e convoca como pretendido tem, convocar sempre, os Secretários de ouro do Estado do Paraná, de ouro, que, certamente não lapidados, para aqui virem, são impedidos pela banca governista de acesso a este Poder, para um debate franco, aberto e respeitoso, com os Parlamentares da Oposição, neste Poder Legislativo.

Então, bastante contrariado ontem, ouvia o Deputado novo, Ruben Valduga, dizer que não há necessidade de se convo-

car o Presidente da SANEPAR; que Londrina implorou para que a SANEPAR encampasse nossos serviços de água. Estava mal informado o nobre Deputado. A "Folha de Londrina" tem trazido quase que diariamente manchetes a respeito da poluição do Lago Iguapó, em Londrina, da poluição dos nossos córregos e vales. E as manchetes são sempre como esta: — "Poluição continua matando no Iguapó".

Está por enquanto a matar peixes, a deixar crianças sem feijão na mesa — feijão não, pão. Porque o feijão está muito caro também neste País, porque algumas dezenas de meninos ganham a vida em Londrina, lavando carro, com as águas poluídas do Iguapó. Mas, estão a nos impor, que calados, sem a oportunidade de debater, com o órgão competente, que a população de Londrina continue toda exposta ao tifo, que está para grassar em toda a família londrinense; metade da sua população está exposta a sérios riscos e não adianta demagogia do Sr. Secretário da Saúde, que traiu a minha cidade, fechando o sanatório dos tuberculosos, quando neste País todos nós lutamos para abrir casas hospitalares, um Secretário que sai da minha terra, para se vingar dos docentes, dos professores da Universidade, que estiveram em greve, em defesa daquela instituição; paralisada a greve, fecha o Sanatório de Tuberculosos em Londrina. E o homem preocupado com o "Dia Internacional da Saúde", que fez publicar em Londrina, que vá providenciando vacinas contra o tifo, que a SANEPAR, que o Estado está a impor à população de toda a nossa comunidade, de toda a cidade.

Não é só Londrina que vive este drama. Eu não sei porque a distinção de comportamento neste Poder, em minha casa, em Londrina, o MDB é a maioria; e a maioria para valer: 11 Vereadores, por oito da ARENA; o Grande Vereador da ARENA, Daniel Gonçalves, adoentado de há muito tempo não pode comparecer àquele Poder. E o MDB tem por tradição e por praxe e até por honra do nosso partido político, aprovar todos, até os mais absurdos e atentativos pedidos de informação da valorosa bancada da Aliança Renovadora Nacional em Londrina, com uma bancada minoritária, tem as suas proposições aprovadas. Porque o MDB quer que o seu Chefe do Executivo, se errar que ele pague pelo seu erro; e não vê razão para negar informação a qualquer pedido de informações, Sr. Presidente. E renunciarei ao meu mandato aqui, se não conferir esta verdade, do comportamento da Câmara Municipal de Londrina.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?
O SR. DEL CIEL — Logo em seguida, eminente Líder, da Aliança Renovadora Nacional.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. DEL CIEL — O eminente Líder que em seguida irá nos apartear, ontem ainda leu, desta mesma tribuna, um convite a Sua Excelência o Sr. Secretário do Interior, para ir a Londrina. E este requerimento, eminente Deputado, é de um brilhante Vereador da sua bancada em Londrina. Lá, acima dos interesses político-partidários, nós temos procurado fazer prevalecer o interesse do povo. E não sei porque, não somos nós do MDB?

Nós da Oposição paranaense que estamos a radicalizar os processo nesta Casa Legislativa. Nós não poderemos continuar impotentes e sem reagir, aos absurdos que vêm acontecendo neste Poder, como na tarde negra de ontem.

Não vi Deputado nenhum, aqui, desrespeitar o Regimento Interno, e até mesmo ameaçar de agressões a companheiros desta Casa.

Esta tribuna é uma tribuna livre. O nosso instrumento de trabalho, o nosso bisturi, é a palavra. E pela palavra, desta tribuna livre, deste microfone que temos que nos entender.

Então, não encontrando razões que justifiquem este comportamento desleal, desrespeitosos, traiçoeiro até aos inte-

resses da coletividade paranaense, proporei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em reunião de minha bancada, que o MDB se erga sempre, nesta Casa, rejeitando sempre, todos os votos de bajulação e congratulações que venham a ser propostos.

(Tumulto).

O SR. DARCY DEITOS (Pela ordem). -- Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência que assegure a palavra ao orador que se encontra na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). -- Com a palavra o Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL -- Sr. Presidente, continuarei, desde que Vossa Excelência repreenda, como deve ser repreendido, o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

Se, nesta Casa, houver necessidade de camisa de força, que assim proceda a Comissão Executiva.

(Tumulto).

O Sr. Erondy Silvério -- Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Del Ciel, é evidente que não vou fazer, aqui, a defesa das acusações que Vossa Excelência traz, hoje, à Casa, com relação ao Sr. Secretário de Saúde, porque, confesso não conhecer os episódios relatados por Vossa Excelência.

Mas, o pronunciamento que Vossa Excelência faz, no dia de hoje, não faz justiça ao elegante comportamento que Vossa Excelência tem mantido, nesta Casa.

Vossa Excelência está procurando acirrar, novamente, os ânimos.

Vossa Excelência, ao chamar os Deputados, componentes da Aliança Renovadora Nacional, nesta Casa, de desleais...

O SR. DEL CIEL -- Desleais para com o MDB.

O Sr. Erondy Silvério -- ... Vossa Excelência está provocando, novamente, atritos que poderão chegar a sérias consequências.

Faço um apelo a Vossa Excelência, que Vossa Excelência se lembre do que eu disse, ontem, nesta Casa, que rejeitaríamos o requerimento de Vossa Excelência, porque, o mesmo era assinado, inclusive pelo Presidente da Câmara Municipal de Londrina, que deve ser irmão de Vossa Excelência. Há um convite ao Sr. Secretário do Interior para que lá compareça para debater, com os Vereadores da Câmara Municipal de Londrina, o problema de abastecimento de água naquele município.

E eu disse que a bancada da ARENA aguardaria a realização desse encontro. Mas, que não radicalizava a posição, que estava disposta, caso as explicações do Sr. Secretário não convencessem a gente de Londrina, estava disposta a rever a sua posição e dar o apoio ao novo requerimento, no mesmo sentido, endereçado por Vossa Excelência ou por qualquer outro Deputado e Vossa Excelência hoje está procurando voltar àquele episódio, inclusive provocando, inclusive lançando palavras que nós não podemos aceitar calados, porque, aceitamos contristados, isto sim, porque partindo de Vossa Excelência, que sempre mostrou um comportamento à altura de um Parlamentar dentro desta Casa e que hoje, lamentavelmente está a nos agredir. Faço um apelo a Vossa Excelência para que exclua efetivamente, do seu discurso, palavras ofensivas aos componentes da nossa bancada nesta Casa. Vossa Excelência tem todo o direito, dentro do regime livre em que vivemos, de demonstrar toda a sua revolta, toda a sua indignação...

O SR. DEL CIEL -- Agradeço.

O Sr. Erondy Silvério -- ... por não ter um requerimento seu aprovado pela Maioria desta Casa, mas não tem o direito de agredir pessoalmente a nenhum membro desta bancada. É o apelo que eu faço a Vossa Excelência.

O SR. DEL CIEL -- Eu agradeço o aparte do eminente Líder da ARENA e quisera Deus, que o eminente Líder e a sua bancada fosse tão sensível para os problemas do povo e para as matérias que aqui propomos, quanto sensíveis são para apelar

pela exclusão de termos das atas das sessões plenárias deste Poder. Nós em instante algum desrespeitamos e descumpriamos o Regimento Interno deste Poder e não vemos razão para este apelo do eminente Deputado, nosso particular amigo Erondy Silvério.

Ocorre que o nosso partido político não tem negado aqui, em nenhuma oportunidade, o seu apoio às grandes causas do Estado do Paraná. Quando o Governo do Estado, na legislatura passada necessitou de dois terços para aprovar as suas proposições, o MDB, procurando abrir os olhos do Governo dos riscos que se imporia com a busca de recursos no exterior, daquela soma solicitada, abrindo os olhos do Governo, deu autorização, deu a sua participação e a sua contribuição, sem se preocupar se o ex-Governador iria se promover ou não com a movimentação das estradas desse nosso Estado do Paraná.

Em todas as ocasiões, não me lembro de uma sequer, que o nosso partido político tenha prejudicado o Estado do Paraná, então não sei porque se transformar em "deuses de ouro" homens como nós, Secretários de Estado. Será meu Deus do céu, que se estão dispostos a ir até a nossa Câmara Municipal de Londrina, se sentiriam desonrados de vir a este Poder? Será que alguém agrediria aqui um Secretário de Estado, fisicamente? Nós sim, temos corrido o risco de sermos agredidos, fisicamente, ameaçados seguidamente, hoje também, neste Poder. Até acharam que fosse palavrão, o termo: poluição fecal.

O Sr. Gabriel Manoel -- Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). -- Pela ordem, com a palavra, o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel -- Nós não agredimos ninguém, apenas revidamos um homem que com o brilhantismo e com a educação que ele tem, nos agrediu, nos chamando de "puxa sacos" e nos chamando subservientes e nós não admitimos Senhor Presidente, isso de um colega para outro. Se não existe mais nesta Casa, respeito de um colega para outro, por causa de problemas demagógicos, então cada um luta com as armas que tem.

O SR. DEL CIEL -- Nós temos dado respeito até a quem não merece, nesta Casa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Então chega a um ponto, eminente Líder da bancada situacionista, que nós ficamos mesmo em conflito com a nossa consciência e perdemos o poder de análise, porque vemos Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, buscando melhor relacionamento com as nossas prefeituras do interior, fazendo um grande trabalho de relações públicas que às vezes chega até a pôr em dúvida os interesses e objetivos de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, que visita e que conchama os homens da Oposição, e quando vimos para esta Casa Legislativa, o comportamento dos homens liderados pelo eminente Deputado Erondy Silvério que em coro ontem rejeitaram um pedido de informações do eminente Deputado Fiori Luiz que fazia quatro simples perguntas sobre o atendimento da SANEPAR em Londrina. Um pedido de informações do eminente Deputado Waldyr Pugliesi, com algumas indagações que o povo paranaense está a cobrar de há muito tempo. Não sei que prejuízo traria a esse Poder e aos setores solicitados do Estado a aprovação dessas matérias.

Então tudo isso motiva o Deputado da Oposição a partir para o requerimento de constituições de Comissões Parlamentares de Inquérito. E é bom lembrar também e acreditamos que brevemente o Presidente da C.P.I. da Universidade Estadual de Londrina convocará a próxima reunião, desta nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Mesmo, Sr. Presidente, que não consigamos como oposição realizar o trabalho que pretendemos por sermos minoritários neste Poder, nas Comissões Parlamentares de Inquérito, onde estão sempre presentes a honrosa maioria da Aliança

Renovadora Nacional, mesmo assim ao menos nós teremos condições de ver a causa dos deuses de ouro, dos Secretários de Estado, senão nesta sala, na sala das Comissões deste Poder.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Deputado Del Ciel, Vossa Excelência faz um pronunciamento estranho à C.P.I. da Universidade Estadual de Londrina e eis que de repente tenta insinuar alguma negligência da Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. DEL CIEL — Vossa Excelência é que está assim a alegar.

O Sr. Airton Cordeiro — ... — Eu confesso a Vossa Excelência que não posso ouvir calado esta colocação feita neste seu pronunciamento. Mas me permito dizer a este Plenário que não só está convocada a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Universidade de Londrina, como também se não houve a convocação anterior, foi porque graças a uma liberalidade desta Presidência, e graças a consciência política desta Presidência, desta C.P.I., nós fomos às últimas conseqüências para que o Movimento Democrático Brasileiro aceitasse a nossa indicação para que o Deputado José Tavares aceitasse o cargo de Relator desta C.P.I.

Não me cabe analisar sequer até que ponto Vossa Excelência com sua atuação influíu para que a decisão do Deputado José Tavares fosse retardada. Mas não posso aceitar, por mais remota que seja, a insinuação da convocação de uma reunião desta C.P.I.

E tenho a felicidade de dizer, que ontem ouvi do Deputado José Tavares a afirmativa de que aceita o cargo de Relator. E se não nos reunimos nesta semana ainda, é porque o Deputado José Tavares está em viagem em missão oficial, e então ele como Relator e este Deputado como Presidente, entendemos que deveremos nos reunir na próxima semana.

Creia Vossa Excelência, temos consciência de todas as nossas obrigações, uma a uma aqui nesta Casa. Por isso eu devolvo a insinuação, que se foi deliberada ou não pouco se me importa, mas é a minha interpretação e eu respondo tão simplesmente pelo impulso de minha consciência.

O SR. DEL CIEL — Eu não estranho a precipitação do Deputado em solicitar o aparte e vestir a carapuça por inteiro, porque não levantamos dúvida e indireta nenhuma Sr. Deputado.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DEL CIEL — ... mesmo porque Sr. Presidente, ...

Já concedi um belo tempo do modesto que é reservado ao orador que usa o Grande Expediente, nesta Casa. Se houver possibilidade cederei com muito prazer. Mas ao menos permita-me que lhe fale por um minuto, já que Vossa Excelência teve alguns minutos no aparte que para nossa honra nos foi oferecido.

Vossa Excelência se precipitou porque por nenhuma vez este Deputado veio a esta tribuna para indiretamente sugerir ou acusar alguém de alguma coisa. Quando falamos aqui, temos estado citando nome e a questão focalizada e discutida. Mas serviu para que Vossa Excelência anunciasse da sua pretensão, do seu interesse em bem dirigir os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Universidade Estadual de Londrina, que está uma verdadeira calamidade pública eminente Deputado Airton Cordeiro, Presidente desta C.P.I.

E se esta C.P.I. cumprir efetivamente com a sua missão não haverá outro caminho para o Governador deste Estado que já traiu o Paraná por uma vez, não federalizando as suas Universidades, do que botar toda a cúpula da Universidade Estadual de Londrina a correr não só da Universidade, mas do nosso município.

Estão os professores aguardando o início dos nossos trabalhos nesta Assembléia e neste Poder. E nós também confiamos que, cada um de nós, cumpra com a sua obrigação nesta CPI. Mas o que nós temos pedido é a oportunidade de convo-

car então os Secretários de Estado, para que, neste Poder, prestem contas dos seus trabalhos, para que esclareçam os conflitos administrativos que têm havido, quando o Secretário de Planejamento manda os seus técnicos até então julgados competentes a Londrina, anunciando que todos nós estamos ameaçados pela contaminação fecal do Lago Igapó, do Córrego Cafezal e dos riachos da cidade.

E a SANEPAR então, por seu modesto Diretor londrinense desmente, com quem está a verdade se ambas as versões são do Governo deste Estado? E nós da Oposição e o povo paranaense fica sem ter o direito de conhecer a verdade verdadeira, a verdade por inteiro, Sr. Presidente, a Oposição então, tem que buscar o último recurso que lhe resta, as Comissões Parlamentares de Inquéritos, que bem ou mal dirigidas ao menos servem por algum tempo, como instrumento de pressão, é a minúscula pressão que esta Nação de pressões vultuosas que exerce o Governo, pode exercer a Oposição. E nós então estamos até mesmo a analisar da necessidade de propor uma CPI para a SANEPAR no Paraná, porque tem arrecadado muito em nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — A Mesa lamenta, mas comunica que o nobre Deputado tem apenas um minuto para concluir sua oração.

O SR. DEL CIEL — Agradeço, Sr. Presidente, e concluirei.

Mas, nós paranaenses queremos saber então onde estão indo os recursos que são tirados de trabalhadores, de profissionais liberais, de homens humildes, de todas as nossas comunidades, visto que a SANEPAR usa a Rodovia do Café, como se fosse a rodovia do vem e não volta.

Traz sempre para cá o dinheiro que nós não sabemos para onde vai, onde são aplicados. E esperamos então que este Poder, se reencontre através dos seus homens, da ARENA e do MDB, e façam aprovar todos os pedidos de informações que aqui forem apresentados.

Aberrações não têm saído da bancada do MDB, e nós em Londrina, temos aprovado todos os pedidos de informações da bancada da ARENA.

O Sr. Erondy Silvério — Permite mais um aparte, nobre Deputado?

O SR. DEL CIEL — Infelizmente, eminente Deputado, nos encontramos no minuto final. Se a Mesa permitir, nós cederemos a Vossa Excelência o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — A Presidência comunica ao nobre Deputado que está esgotado o seu tempo.

O SR. DEL CIEL — Encerro, Sr. Presidente, esperando ter entendido, e esperando mesmo, que possamos desenvolver as nossas atividades legislativas aqui. O Deputado já não pode elaborar projetos de leis, o Deputado está com a sua atividade bastante limitada. Então por favor vamos trabalhar um pouquinho onde podemos, para o engrandecimento deste Poder.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — A Mesa consulta à Liderança do MDB se vai fazer uso do seu espaço reservado.

Com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Senhor Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Ontem foi uma quarta-feira marrom para o Poder Legislativo do Paraná. Ficou provado para quem quer ver, que o Governo Ney Braga é um Governo autoritário na essência e arbitrário no seu todo.

No primeiro pronunciamento que fizemos nesta Casa, já afirmávamos que não tínhamos razões para acreditar nos pretensos propósitos democráticos do Governador pois que vinha envoltos na carapaça da bionicidade, depois de ter feito, o Governador, curso de pós-graduação na Universidade do Arbítrio que

foi o Governo Geisel.

A história tem mostrado, provando largamente, que quando um mesmo Homem ocupa pela segunda vez a chefia de um mesmo Poder, se não estiver largamente embasado ideologicamente e se não colocar o governo aberto a todas as discussões, agindo depois das mesmas, no interesse maior da coletividade, estará simplesmente a um passo do abismo. O Governo quando se nega a responder indagações que são feitas, venham elas de onde vierem, está indubitavelmente trilhando o mau caminho. Não há justificativas convincentes para que dúvidas deixem de ser esclarecidas.

A história do exercício do mandato pela segunda vez, via de regra, tem sido decepcionante. Para não nos alongarmos bastaria a citação do segundo governo de Nixon atolado no charco de Watergate. Ou o segundo de Ademar de Barros poluído até a morte no descarado "Rouba mas faz", pobre argumento de muitos dos seus infelizes seguidores. Ou o mais recente episódio umuaramense de Cioni Neto, coveiro das esperanças de seus eleitores. Esperamos sinceramente que o segundo governo Ney Braga não incorra nos mesmos erros que outros praticaram. Para isso é preciso ouvir ambos os lados e responder dúvidas que possam existir. As indagações não diminuem o governo, se respondidas. Quando elas, pelo contrário, ficam balançando no ar, se por um lado deixam um travo de desalento e amargor em quem as formula, por outro tinge de negro pela suspeição a honorabilidade de quem as nega.

Existem na realidade razões para se negar informações? Se existem, quais são elas? Seriam prejudiciais aos governantes as oportunidades que lhes são oferecidas para se mostrarem realmente democráticos? Para se mostrarem corretos e competentes? Quais os prejuízos que seriam acarretados ao governo respondendo a Oposição?

O GOVERNO NEY BRAGA ESTÁ CHEIO DE DÍVIDAS. E AGORA PASSA A FICAR CHEIO DE DÚVIDAS.

Há algo para se sonegado à opinião pública? Há alguma coisa para ser escondida? Se não há, que nos responda. E pronto!

Será que o Governador imposto pela bionicidade de eleições indiretas, que abjuramos, acha que não deve dar satisfações ao Paraná? Paraná que se acha ameaçado em seu ecossistema ecológico pelo sim pelo não da instalação da Braskraft.

O que existe de verdadeiro a respeito da instalação dessa poluidora do meio ambiente? O assunto está sendo tratado como segredo de Estado. Será que os técnicos da CETESB, de São Paulo, são incompetentes e os da SUREHMA é que sabem das coisas? Ou a simples mudança de Estado transforma uma assassina da natureza em uma empresa que sopra ar puro e purificadora das águas onde despeja a sua baba peçonhenta?

Será que os agrônomos, os membros das Associações de Preservação da Flora e da Fauna, jornalistas que têm a obrigação de informar o povo, enfim os conseqüentes não merecem receber informações sobre os questionamentos que fazem?

Se as respostas vierem a ser dadas argumentando-se que o I.C.M. do Estado será aumentado, nós as rejeitaremos. Não há dinheiro no mundo que pague o assassinato de um rio.

Entendemos que os pedidos de informações requeridos...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. WALDYR PUGLIESI — Pois não. Concedo com muita satisfação o aparte ao nobre Líder da ARENA.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a atenção de Vossa Excelência e antes de responder a pergunta que Vossa Excelência fez aí, com relação aos técnicos da SUREHMA, eu quero tranquilizar Vossa Excelência pela preocupação que mostra com relação ao segundo período de Governo de Ney Braga. Será tão fecundo como o primeiro; e Vossa Excelência terá oportunidade ao exercer a verdadeira função do Parlamentar nesta Casa, que é o exame, a fiscalização, da execução orçamentária.

Há poucos instantes, procurava apartear o nobre Deputado Del Ciel, que com todo o brilhantismo da sua inteligência, fazia uma absurda pergunta nesta Casa, para onde ia o dinheiro arrecadado pelos cofres públicos do Estado.

Jamais um Deputado poderia fazer, esta pergunta. Porque a principal função de um Deputado — o povo paranaense nos paga e nos paga bem, para que fiscalizemos a execução orçamentária do Estado. Ali, no exame, na prestação de contas do Governo, estão as respostas a todas estas perguntas, não só do nobre Deputado, mas também do povo paranaense.

Quanto à bionicidade que Vossa Excelência tanto alardeia, do Governador Ney Braga, Vossa Excelência há de convir, e todo o Paraná sabe disso, que Ney Braga sempre foi um ganhador de eleições; jamais perdeu uma eleição. E não é pelo fato de ele ter sido escolhido pela via indireta, condição que nós aceitamos, eu e Vossa Excelência, quando nos dispusemos a disputar o mandato parlamentar, nós conhecíamos as regras do jogo. Não é pelo fato de ele aceitar um mandato de eleição indireta, que ele vá fazer um mau Governo. Ele já provou, já foi testado e com todas as dificuldades que vive hoje a economia nacional; com todo o endividamento do Estado, nós temos absoluta certeza que o Governo será fecundo. Nós teremos ainda o prazer de ver Vossa Excelência reconhecer daqui quatro anos esta verdade.

Quanto ao pedido de informações que Vossa Excelência fez, o motivo da rejeição do pedido de informações de Vossa Excelência, pela nossa bancada, é porque o assunto está "sub judice", está ainda ao crivo, ao exame, dos técnicos da SUREHMA; não há ainda nenhum parecer favorável à instalação daquela indústria no Paraná. Tão logo, os estudos técnicos estejam concluídos, nós aprovaremos com todo o prazer, não só um pedido de informações de Vossa Excelência como até a convocação do Senhor Secretário, do Secretário competente, da Pasta competente, para vir a esta Casa dar as explicações que Vossa Excelência, em nome do povo paranaense, em tão boa hora está fazendo. Nós reconhecemos o mérito da proposição de Vossa Excelência, acontece que os estudos não estão terminados; não há o que responder no requerimento de Vossa Excelência. Há apenas um pedido de instalação de uma indústria aqui, sem ainda o competente alvará, a competente autorização.

Agradeço, contudo, a gentileza que Vossa Excelência teve, em me conceder o aparte.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Eu que agradeço, nobre Líder, a participação de Vossa Excelência, no pronunciamento, despretencioso, desta tribuna.

Mas, gostaria de dizer que assunto de tal importância, com a instalação da Braskraft, no Paraná, não pode ser escondido do Povo.

Acreditamos que mesmo que esteja em negociação para instalação da Braskraft...

O Sr. Erondy Silvério — Apenas um esclarecimento: não existe negociação. Existe um exame de viabilidade técnica do projeto. Isso é diferente. E só após o pronunciamento do órgão técnico é que partirá para outra esfera, a instalação da indústria.

O SR. WALDY PUGLIESI — Mas, se não fosse difícil como está dizendo Vossa Excelência, responder nosso pedido de informações, poderia ter sido ele, simplesmente aprovado e nós ficaríamos no aguardo dessa resposta.

O que nos preocupa, nobre Líder, é que mais de 200 municípios do Estado de São Paulo, associações, as mais variadas possíveis, se somaram para dizer, não só ao Estado de São Paulo, mas a todo o Brasil, os problemas que adviriam da instalação dessa empresa poluidora.

Quanto ao problema da bionicidade, Vossa Excelência há de compreender que nós muitas vezes, praticamente, usamos da exceção para eliminar a própria exceção.

Somos pelas eleições diretas e continuaremos a ser assim.

O Sr. Del Ciel — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Apenas para dizer, nobre Deputado, que não descobrimos o processo biônico de fazer fiscalização quando nada se pode perguntar e a ninguém se pode convocar.

O papel aceita tudo.

Muito obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI -- Muito obrigado, Deputado Del Ciel.

Sr. Presidente, entendemos que os pedidos de informações requeridos, desde que regimentais, não deveriam ser rejeitados pela maioria desta Casa. Deveriam ser aprovados e respondidos por quem de direito. Não acontecer o que aconteceu com o nosso pedido de informações a respeito de um famoso programa de televisão feito para promover o Governador Ney Braga que foi aprovado por esta Casa, e até hoje não respondido. É um desrespeito ao Legislativo.

A nossa desilusão é ainda pior, voltando ao assunto inicial da Braskraft, por ostentar o Sr. Governador Ney Braga o pomposo título de "Ecologista do ano".

Imagine se não o fosse!

Muito obrigado. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). -- A Presidência consulta à Liderança da ARENA se deseja fazer uso do horário que regimentalmente lhe é concedido.

O SR. ERONDY SILVÉRIO -- Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). -- Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 22/79, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que regulamenta a concessão de Bolsa de Estudos pela Assembléia Legislativa do Estado e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., com SUBSTITUTIVO, por unanimidade e da C.F., ao Projeto com EMENDA SUPRESSIVA, por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. -- Em votação o Substitutivo, ressalvada a Emenda.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

-- **Aprovado o Substitutivo, artigo por artigo**

Em votação a Emenda. -- **Rejeitada a Emenda.**

2.^a DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 59/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 48/79, que aprova Termo de re-ratificação ao Convênio celebrado entre os Governos dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a criação do CODESUL e do BRDE. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 60/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 55/79, que aprova Termos Aditivos aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios nominados, que com a intervenção de órgãos que especifica, objetiva aplicação de recursos financeiros da Cota Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 61/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 57/79, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do

Paraná e o Município de Medianeira, com a intervenção da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros do PRODOPAR. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 62/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 63/79, que aprova Termo Aditivo ao Convênio n.º 254/78, de auxílio e cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cerro Azul, com a intervenção de órgãos que especifica, objetivando a absorção de mão-de-obra ociosa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 24/79, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que denomina "MISDEI MORESCHI" a estrada que liga Itambé-Floresta. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. -- **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 24/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º -- Fica denominada "ESTRADA MISDEI MORESCHI", a PR-546, estrada que liga o Município de Itambé ao Município de Floresta.

Art. 2.º -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Misdei Moreschi, foi um político que deixou lastro dos mais significativos durante a sua vida pública. Prefeito de Itambé, por duas gestões, conquistou com o seu trabalho e também com o seu exemplo de dedicação à causa pública o respeito e a consideração não só da comunidade de Itambé, como também de toda a região circunvizinha. A população urbana e rural de Itambé, num reconhecimento público está a exigir que a sua imagem não fique no ostracismo, mas sim, receba o reconhecimento público, denominando aquela importante estrada de ligação com o Município de Floresta com o nome de seu benfeitor, falecido em 12 de maio de 1977. Com isso, estamos atendendo apelo que a própria Câmara Municipal de Itambé formulou ao Governo do Estado e que esperamos, contar com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis, para que exemplos dignificantes de personalidades públicas, fiquem registrados e sirvam de modelo às novas gerações que nos sucederam no trato da causa pública.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 24/79

O presente Projeto de Lei n.º 24/79, de autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, visa denominar "MISDEI MORESCHI" a estrada que liga Itambé a Floresta.

Analisando a justificativa que acompanha o projeto, conclui-se que seu objetivo é prestar homenagem póstuma a esse ilustre político do Município de Itambé, idéia justa e merecedora do respeito desta Casa.

Quanto ao aspecto constitucional, não existe, a rigor, norma que proíba a matéria contida neste projeto, razão porque opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO -- Presidente

FIDELCINO TOLENTINO -- Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei n.º 24/79

O presente Projeto de Lei n.º 24/79, de autoria do nobre Deputado GILBERTO CARVALHO, visa denominar "MISDEI MORESCHI" a estrada que liga Itambé a Floresta.

Analisando a justificativa que acompanha o projeto, conclui-se que seu objetivo principal é prestar homenagem póstuma das mais justas a um ilustre político do Município de Itambé, e que merece todo o respeito desta Casa.

Somos pela aprovação do mesmo, por não encontrarmos nenhum impedimento de ordem legal e que servirá de exemplo a fim de perpetuar nomes daqueles que muito deram pelo bem-estar de seu povo.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1979.

(aa) DAVID CHERIEGATE — Presidente

PALÁCIOS — Relator

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, Líder do MDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados para compor a Comissão Especial, à qual incumbirá opinar sobre quaisquer projetos que visem a criação de municípios. — Ao Departamento Legislativo Divisão das Comissões para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de louvor à revista "ATENÇÃO", pela imparcialidade que a norteia e pela publicação da reportagem "Curitiba, Recorde da Morte". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Senadores Paulo Brossard e Mauro Benevides, apresentando votos de aplausos ao projeto de lei apresentado, que determina revisão trimestral do salário-mínimo em todo o País. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, visando a construção de um Ginásio de Esportes na cidade de Rio Azul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo medidas a fim de passar à responsabilidade do D.E.R. para conservação e melhoria a estrada que liga os Municípios de Rio Azul a São Mateus do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do D.E.R. e ao Sr. Diretor do D.N.E.R., sugerindo que os mesmos ao concederem a referida licença ao "Transporte Gratuito" estendam aos professores que tiverem que se deslocar de sua sede. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido liberar verba do convênio PROSAFRA, firmado com o Município de Corbélia. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Deferido. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

14 Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão,

marcando outra para amanhã, dia 10, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA N.º 584/79

designar DIONÍSIO DE PAULA CAVALHEIRO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1.ª Secretaria, no período compreendido entre 1.º de maio a 31 de dezembro de 1979, como Motorista.

PORTARIA N.º 585/79

autorizar DIONÍSIO DE PAULA CAVALHEIRO, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da 1.ª Secretaria, no período compreendido entre 1.º de maio a 31 de dezembro de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de agosto de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 587/79

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, ao funcionário EDOUARD ELIAS THOMÉ, matrícula n.º 024, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal desta Assembléia, ora prestando serviços no Gabinete da 2.ª Secretaria.

PORTARIA N.º 588/79

conceder ao funcionário JAIR CORDEIRO FERREIRA ALVES, matrícula n.º 350, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença, para acompanhar o tratamento de saúde de seu genitor, a partir de 03 de agosto de 1979, conforme Laudo Médico n.º 29/79.

PORTARIA N.º 589/79

marcar para o período de 26 de agosto a 25 de setembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, ao funcionário AYRTON COSTA LOYOLA, matrícula n.º 002, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de agosto de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE O COOPERATIVISMO PARANAENSE

Aos doze dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e nove, sob a Presidência do Deputado David Cheriegate e presentes os Senhores Deputados Fuad Nacli, Augusto Carneiro, Jurandir Messias, Egon Pudell, Antônio Facci, Darcy Deitos,

Nelton Friedrich, bem como participaram da mesma os Deputados Del Ciel, Waldyr Pugliesi e Romero Filho, foi aberta a reunião para ouvir o depoimento do Senhor Benjamim Hammerschmidt, Presidente da OCEPAR. É dispensada a leitura da Ata anterior, uma vez que os Senhores Deputados receberam cópias e em consequência é considerada aprovada, sem observações. Pela ordem o Deputado Jurandir Messias pergunta quais são as prerrogativas dos membros suplentes. O Senhor Presidente responde que são iguais as dos membros titulares. A seguir o Senhor Presidente convida o Doutor Benjamim Hammerschmidt a prestar o compromisso oral de "sob a palavra de honra dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado. Com a palavra o depoente, faz uma ampla exposição sobre a situação do cooperativismo em nosso Estado e coloca-se à disposição dos Senhores Deputados para responder a perguntas que formularem. Com a palavra o Deputado Augusto Carneiro, parabeniza-se com a exposição feita e solicita que este trabalho seja colocado à disposição dos Senhores Deputados. A seguir, fizeram perguntas os Deputados: Jurandir Messias, que recebe apartes dos Deputados Darcy Deitos, para que as perguntas sejam limitadas. O Senhor Presidente diz que nos depoimentos não se pode estabelecer limites. Inquiriram ainda o depoente os Senhores Deputados: Antônio Facci, Augusto Carneiro, Fuad Nacli. O

Senhor Presidente suspende a sessão por uma hora para o almoço. Reaberta a sessão, continuam os trabalhos. Fazem perguntas os Senhores Deputados: Deni Schwartz, Nelton Friedrich, Augusto Carneiro. Participam ainda dos trabalhos os Deputados Ruben Valduga e Renato Bernardi. Concluído o depoimento, o Senhor Presidente comunica que o Secretário da CPI forneça cópia do trabalho do Depoente desta data, a todos os Senhores Deputados, bem como uma via das notas taquigráficas a cada bancada. Finalmente pergunta qual seria o melhor dia da semana e hora para as reuniões. Após debatida a proposta, fixou-se em princípio que as reuniões se realizariam às quintas-feiras pela manhã. Finalmente foi aprovado o nome do Coordenador do INCRA, bem como o Chefe do GRUCOOP do INCRA a serem os próximos a deporem perante esta CPI. A presente Ata é integrada pelas notas taquigráficas. Como nada mais houvesse a tratar, foi encerrada a presente reunião, da qual para constar, eu Secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme vai assinada, por mim, Francisco Dranka e pelo Senhor Presidente da Comissão.

(aa) DAVID CHERIEGATE
Presidente
FRANCISCO DRANKA
Secretário